

Varnhagen e a Independência do Brasil

Ms. Martha Victor Vieira

Universidade Federal do Tocantins

Os escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen têm sido bastante estudados pelos historiadores a fim de compreender o pensamento e a cultura histórica oitocentista. Tais estudos ora enfocam o apego do autor às fontes, devido à sua filiação historicista; ora enfocam sua preferência em enaltecer o protagonismo português; ora tratam do intenso debate travado entre o autor com a corrente indigenista do movimento romântico. Para contribuir com essas discussões historiográficas pretendemos, neste texto, discutir a interpretação varnhageniana sobre a *História da Independência do Brasil*, buscando elencar alguns elementos que nos ajudem a compreender o processo histórico do início do século XIX, e também o contexto vivenciado pelo autor ao produzir essa obra, cuja elaboração foi concluída em 1875.

Ao tecer a trama da independência, Varnhagen identifica três iniciativas cruciais do monarca para constituir “uma só nação” brasileira. O primeiro passo teria sido a vinda da família real em 1808, “pois só desde então começaram os moradores do antigo Estado do Maranhão a costumar-se a receber as ordens vindas não já da Europa mas dos confins do Brasil” . O segundo passo foi a elevação do país à categoria de Reino, em 1815, abrangendo “toda a região do Amazonas ao Prata”. O terceiro passo “em favor da futura unidade nacional” foi a decisão de El-Rei de partir para Portugal “ficando o príncipe como regente do Brasil todo”¹.

A vinda da família real, no entanto, teria suscitado muitos descontentamentos em Portugal, porque a “heróica metrópole” havia se transformado em “humilhada colônia”. Essa inversão dos centros de decisão instigou um intenso debate sobre o futuro do Império luso, porque se passou a cogitar vários projetos, entre os quais constam: duas constituições para

o Império luso-brasileiro; dois congressos com uma monarquia e, até mesmo, a permanência da Coroa de forma definitiva no Brasil.

A existência de variados e antagônicos projetos é porque as idéias e alternativas aventadas também eram múltiplas. Varnhagen identificou três grandes tendências: “monarquia pura”, monarquia constitucional e “democracia e republicanismo”. Dentre seus propagadores, uns queriam a união, outros a independência².

Um desses projetos ventilados pela imprensa foi do tenente de infantaria e estudante de matemática Antônio d’ Oliva de Sousa Siqueira, publicado em 1821 em Coimbra, o qual considerava salutar a união do Brasil com Portugal e propunha que a metrópole deveria ser o Rio de Janeiro ou a Bahia; que deveria haver dois Congressos onde enviassem representantes as possessões da África e Ásia; que em Portugal deveria ficar um vice-rei com todos os poderes, e que deveria existir livre comércio entre os dois países. As propostas de Antônio d’ Oliva chamou bastante a atenção de Varnhagen, porque segundo ele o “brasileiro mais patriota não poderá inspirar por certo idéias mais fecundas, nem mais adequadas à situação do Brasil”³.

O fato é que o desejo de El-Rei era ficar no Rio de Janeiro, onde se sentia feliz e também porque os brasileiros haviam solicitado a sua permanência, de forma que sua partida não era um desejo pessoal mas uma preocupação em resguardar os interesses do Império.

Ao comentar o debate em torno da permanência de D. João VI, Varnhagen trouxe à tona as discussões em torno da questão das nacionalidades. Em relação a esse tema, transparece em sua análise uma dificuldade de distinguir, no contexto abordado, os “brasileiros” dos “portugueses”⁴.

Diante dessa dificuldade o autor fala de “portugueses dos dois hemisférios”; “portugueses natos da Bahia”; “portugueses estranhos aos interesses do Brasil e nele não domiciliados”; “filhos de Portugal”, “brasileiros adotivos” e “brasileiros natos”.

Todavia, é possível perceber ao longo de sua obra que, apesar das constantes referências sobre essas diferentes identidades políticas, há uma propensão a considerar

como brasileiro aquele indivíduo que aderiu à causa do Brasil, possuía naturalidade brasileira ou residia em território nacional. Isso pode ser observado quando o autor menciona que, em abril de 1822, com a viagem à província de Minas Gerais “operou no ânimo do príncipe uma transformação radical. Tinha-se completamente naturalizado brasileiro”. A vista dos “sertões” e a “vastidão do Império virgem que Providência lhe reservava”, fez com que D. Pedro I deixasse “de parte as anteriores hesitações, e esteve disposto a associar, muito de coração, a sua glória e futuro mais à causa do Brasil que à de Portugal, desde que não pudessem andar juntos”⁵.

Ainda em relação à questão das nacionalidades, outra menção do autor que nos parece significativa é quando ele se refere à reação dos deputados pernambucanos nas Cortes de Lisboa que “a princípio mostravam-se bairristas, não brasileiros”, porque reclamavam das contribuições que a província tinha que mandar para a capital. Aqui Varnhagen deixa implícita uma definição/projeção retroativa do brasileiro em relação ao processo de independência, tal projeção, porém, não se confirma.

Conforme os estudos de István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, no final do século XVIII e início do XIX não havia “brasileiros, nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional”, o que existia, eram variadas identidades que continham “três diferenças básicas”: a regional, a americana e a portuguesa. No entanto, segundo os referidos autores, houve uma modificação nas “peças” desse “mosaico”, nas primeiras décadas do oitocentos, “que estabeleceu a precisa alteridade no qual pôde se refletir a identidade nacional brasileira”⁶. Essa mudança de postura dos atores políticos favoreceu a um certo consenso (ainda que tumultuado e envolto de disputas renhidas e violentas), pelo menos, no que diz respeito à emancipação.

Quanto à análise de Varnhagen, é difícil dizer, dentro dos limites da cultura histórica e consciência possível do contexto vivido, até que ponto ele compreendeu a dimensão regional das identidades. Contudo, é notória sua convicção de que tais identidades particulares necessitavam serem superadas em nome do Estado nacional. E, para isso, muito contribuiu a presença do representante monárquico e a união entre as

províncias, que teriam permitido construir um liame em torno das heterogêneas e distantes regiões que constituíam o Império luso-brasileiro.

No que diz respeito às suas considerações sobre a dificuldade de se delinear um projeto nacional, neste contexto, a análise do autor é bastante arguta, tendo em vista que, além das diferentes identidades, durante o período colonial uma parte do território, que abrangia o Estado do Maranhão, estava mais ligada, em termos políticos-administrativos, à Lisboa do que ao Brasil.

Essa distância entre as capitanias, a não consonância entre os membros da elite consistia num empecilho para forjar a nação. Por isso Varnhagen acreditava que a presença da monarquia possibilitou o desenvolvimento/fortalecimento de um “sentimento patriótico” que extrapolou o âmbito local. Um sentimento pela “Pátria”, aqui entendida nos termos de “fidelidade ao soberano”⁷.

Com tais argumentos, o Visconde de Porto Seguro, no momento de produção da sua obra, ao mesmo tempo que reconstrói a História, ressaltando a importância de dois elementos essenciais para a independência e para a formação do Estado, defende o regime monárquico e a unidade territorial.

Tal preocupação em justificar/legitimar a política centralizadora do governo Imperial, segundo Arno Wehling foi um procedimento usual da intelectualidade oitocentista, sobretudo dos membros do IHGB, que pretendiam construir e cultivar uma memória nacional. O cultivo de determinada memória implicou, porém, numa gestão do esquecimento minimizando episódios que poderiam suscitar outras versões, com outros protagonistas⁸.

Na sua *História da Independência do Brasil*, Varnhagen fez questão de destacar os feitos do maior protagonista desses acontecimentos: D. Pedro I. O príncipe que se constituía num exemplo de honradez e “boa-fé”. E que muito resistiu em separar-se de Portugal, não obstante alguns tentassem persuadi-lo ao rompimento.

O que levou o príncipe a mudar de opinião, teriam sido as Cortes, consideradas como a maior antagonista da monarquia e do Brasil. Foi ela a grande responsável pelo desfecho do Império luso-brasileiro quando, entre outras deliberações, propuseram, em

março de 1822, um projeto de relações comerciais que praticamente colocava o país em uma situação semelhante a antes de 1808, o que assustou os deputados brasileiros em Lisboa e o Brasil como um todo.

Mas a política das Cortes teve um papel positivo, porque fez as províncias se unirem pela integridade. Nesse aspecto, a interpretação varnhageniana nos parece bastante pertinente, na medida em que ele assevera que a união do “Brasil num só Estado”, congregando, de norte a sul, províncias tão distantes entre si, foi beneficiada pela oposição às atitudes das Cortes. Afinal embora a reação às Cortes possa não ter sido fator tão determinante para a emancipação, como fez crer Varnhagen, foram elas que proporcionaram a oportunidade para que os representantes regionais percebessem que possuíam mais pontos em comum com os compatriotas americanos do que com os compatriotas europeus.

De acordo com Maria de Lourdes Vianna Lyra, a idéia da emancipação ganhou força sobretudo após 1815, com a elevação do Brasil a Reino Unido, contudo, não se falava em rompimento com a nacionalidade portuguesa. Mesmo frente às atitudes das Cortes Gerais e Constitucionais de Lisboa, os atores políticos ainda hesitavam; sendo somente “nos meses finais de 1822, quando o confronto entre os interesses os dois reinos atingiu o auge”, o discurso em prol da ruptura da unidade luso-brasileira passou a ser determinante. Segundo essa historiadora a emancipação significava para o grupo dominante “liberdade de comercialização e de definição de suas prioridades, fossem elas de ordem econômica ou política”⁹.

Tais aspectos do processo emancipatório não se destaca no cenário da independência na obra tecida por Varnhagen, visto que os comerciantes (ou interesses comerciais) aparecem de forma secundária, ainda que recorrente; seja quando menciona que os comerciantes de Portugal desejavam o retorno à situação existente na colônia; seja quando argumenta que os comerciantes brasileiros temiam os saques devido à instabilidade política gerada pela reação às atitudes das Cortes. De maneira que a decisão do príncipe de ficar no Brasil teria agradado a todos “(...) começando pelos do corpo do comércio, que

reputavam a partida do príncipe como princípio de anarquia, da qual seriam os primeiros a ser vítimas”¹⁰.

Esse aspecto é interessante porque não obstante o fato de não dar ênfase ao papel dos comerciantes, o Visconde de Porto Seguro assinala a presença dos mesmos na arena de disputas políticas, os quais reivindicavam um determinado projeto de Estado que fosse condizente com os seus interesses .

Na versão de Varnhagen a independência é fruto de “uma ordem natural dos acontecimentos”, todavia, contribuiu para esse processo a vinda da família real, o movimento constitucional, a ação “despótica” das Cortes e a ação do príncipe regente, cuja presença foi fundamental para unir as províncias do “Amazonas até o Rio Grande do Sul”. Ação essa que fundou o Império, “não já o luso-brasileiro, formado por D. João VI, e que então findava, mas o brasileiro puro”.¹¹ Nesses termos, o ato de fundação da nação foi produto dos acontecimentos políticos do início do oitocentos, ou seja, a nação brasileira teria nascido junto com o novo Império, sob a égide de D. Pedro I.

É notório que o discurso de Varnhagen, enquanto intelectual comprometido com o regime, vai ao encontro da defesa de um Estado forte e da constituição de uma identidade nacional¹², temas que se tornaram muito presentes após a ascensão de D. Pedro II, que, junto com a elite política imperial, buscou empreender a centralização do poder. O que explica a contrariedade do autor em relação aos localismos que poderiam levar o Brasil ao fracionamento. Daí a constante referência histórica aos males dos anseios provinciais (aos bairrismos), afinal acreditava que a descentralização era perniciosa e deveria ser superada, como fora no passado. Nesse sentido, poderíamos dizer que o discurso varnhageniano, além de instituir uma memória, pretendia motivar uma ação e uma prática política entre os seus contemporâneos, que tinha como pressuposto principal a fidelidade e o respeito à instituição monárquica.

Pela riqueza da sua interpretação, as obras de Varnhagen estão sempre abertas para serem revisitadas, não somente como um depósito de fontes, mas para compreender os diversos matizes do seu pensamento e a relação do mesmo com o

momento vivido e com o projeto de Estado e sociedade que desejava ver consolidado. Além disso, a forma de construção da sua narrativa e a linguagem empregada constitui um campo profícuo para discutir a proximidade entre a História e a Literatura no século XIX. Por outro lado, os escritos de Varnhagen, enquanto historiador, nos faz pensar no exercício e na responsabilidade inerente ao nosso ofício. Nos faz pensar até que ponto, ainda hoje, não nos enredamos em armadilhas textuais que oscilam entre as convicções políticas e opções historiográficas, entre a ficção e o empirismo.

¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da independência do Brasil até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, Sem Data, p. 18-19.

² Ibidem p. 77

³ Ibidem p. 50-51

⁴ Sobre a questão das nacionalidades são interessantes as análises de ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In. JANCSÓ, István (Org). Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp, 2003. e RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Faperj, 2002.

⁵ Ibidem p. 115

⁶ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos Guilherme (Org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). 1º Vol. São Paulo: Senac/Sesc, 2000, p. 174.

⁷ BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In. JANCSÓ, István, Brasil: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp, 2003, p. 350.

⁸ WEHLING, Arno. Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. P. 33-34

⁹ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Memória da independência: marcos e representações simbólicas. In Revista Brasileira de História. São Paulo: Contexto, 1995, p. 175-177.

¹⁰ VARNHAGEN, op. cit. p. 97

¹¹ Ibidem p. 139 e 239

¹² Segundo José Carlos Reis Varnhagen pretendia que a identidade da nova nação se assentasse nos ancestrais portugueses, porque esses eram “os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo”, daí a razão pelo qual o autor ressaltou os aspectos de continuidade entre a Colônia e o Império. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31